

Processo Administrativo nº 026/2022.

Requerente: Giovana Chagas Ferreira

Requerido: Edmilson de Melo Silva (Edinho – Juiz da Alternativa)

DECISÃO

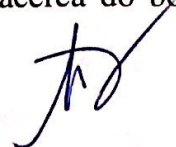
Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação da Sra. Giovana Chagas Ferreira, através de denúncia/requerimento encaminhado ao e-mail da ABVAQ na data de 13/09/2022.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o seu boi, senha 421, durante a disputa da categoria feminina, precisamente na rodada de classificar na vaquejada do Parque Haras da Serra, na cidade de Gravatá/PE., o juiz da alternativa, Sr. Edmilson de Melo Silva (Edinho), julgaram o boi zero, em desacordo com as regras previstas no Regulamento Geral de Vaquejada, sob a alegação de que o boi ao ser deitado não “se soltou completamente”.

Diante de suas alegações, a requerente pleiteou o julgamento do boi pela ABVAQ e, após verificação no erro de julgamento, que sejam aplicadas as punições cabíveis ao profissional envolvido no julgamento do boi em questão.

Após recebimento da denúncia, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, esta Comissão Disciplinar encaminhou ofício à Coordenação pedagógica da ABVAQ, solicitando informações acerca do requerido, com o intuito de saber se o mesmo é cadastrado nesta associação. Em ato contínuo, foi encaminhado Ofício ao Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, solicitando parecer acerca do boi em julgamento.





12.25
4

Na data de 28/09/2022 a Coordenação Pedagógica da ABVAQ encaminhou resposta a esta Comissão (fls. 12), informando "que o Sr. Edmilson de Melo Silva, não é credenciado junto à ABVAQ."

Ainda na data de 28/09/2022 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ juntou aos autos parecer (fls. 13 a 15), afirmou que o julgamento em relação ao boi em análise foi equivocado, em total desacordo com o RGV e MJB da ABVAQ. Afirmando, ainda, em sua conclusão que: *"As imagens mostram que o corpo do bovino, durante a ação da puxada, se soltou completamente para ponto, entre as faixas de pontuação. Desta forma, o julgamento proferido pela comissão alternativa foi incorreto, já que julgou zero (0). Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi injusto na comissão alternativa, tendo em vista que julgou em desacordo com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ"*.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos, o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ e a informação apresentada pela Coordenação Pedagógica elidem a necessidade de produção de novas provas.

Inexistindo questões preliminares a serem analisadas, passamos diretamente ao mérito da demanda.

A denúncia, de forma inicial, versa sobre suposto julgamento equivocado pelo juiz da comissão alternativa, sob a alegação fática de que não fora observada as regras contidas no Regulamento Geral de Vaquejada.

Analisando as imagens, e o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, resta claro que o boi, ao ser deitado, soltou-se completamente entre as faixas de pontuação e, ao se firmar, o fez entre elas. Portanto, sob esses aspectos, o julgamento correto a ser aplicado seria pela validação da apresentação, nos termos do art. 19 do Regulamento Geral de Vaquejada.

Ultrapassando esse aspecto, cumpre analisar a questão do julgamento ter sido realizado por profissional (juiz de vaquejada) não credenciado pela ABVAQ.

O Regulamento Geral de Vaquejada (RGV), em seus arts. 25, 26 e 30, estabelece:



12/26
4

“Art. 25. O julgamento da dupla será realizado por um juiz especialmente designado pelo promotor do evento, auxiliado por uma **comissão alternativa**, que terá o auxílio de recursos audiovisuais oficiais do evento. Ambos deverão ser imparciais, prudentes, educados e aplicar corretamente este regulamento, **além de serem oficialmente certificados pela ABVAQ.**”

Art. 26. Os Juízes e Locutores para trabalharem em eventos chancelados pela ABVAQ deverão ter certificado da ABVAQ para sua respectiva função, bem como pleno conhecimento deste regulamento, seguindo todas as recomendações, além de serem imparciais e prudentes.

Art. 30. A ABVAQ criará certificado de qualificação de juízes, locutores e demais profissionais de trabalho, que atuarão nos eventos oficiais ou oficializados, que adotem o regulamento da vaquejada legal (vaquejada ABVAQ).”

(original sem grifos)

Diante das normas acima citadas, não resta dúvidas de que a contratação dos profissionais que irão trabalhar nos eventos chancelados é de única responsabilidade do organizador do evento. Contudo, o organizador da vaquejada apenas pode contratar profissionais credenciados pela ABVAQ.

Destaca-se que a ABVAQ disponibiliza em seu site uma relação, por função, de todos os profissionais credenciados. Cabendo ao organizador do evento escolher contratar qualquer dos profissionais, por função, citados na referida lista.

Compulsando os autos, verifica-se às fls. 12, resposta apresentada pela Coordenação Pedagógica, informando que o requerido não é credenciado pela ABVAQ. Assim, não poderia ter sido contratado para trabalhar no evento em questão. Ficando clara violação do RGV por parte da ACQM-PE, organizadora do evento.

Diante da violação por parte da ACQM-PE, nos termos acima mencionado, esta Comissão, ratificando os termos do Ofício de fls. 20, determina o encaminhamento de cópia desta decisão, bem como da denúncia apresentada pela requerente e da resposta apresentada pela Coordenação Pedagógica (fls. 12) ao Presidente da ABVAQ, para que, no uso de suas atribuições, determine a abertura de processo administrativo contra a ACQM-PE, para apurar as responsabilidades e aplicar todas as penalidades cabíveis.

e

3
to
Santos



17.27

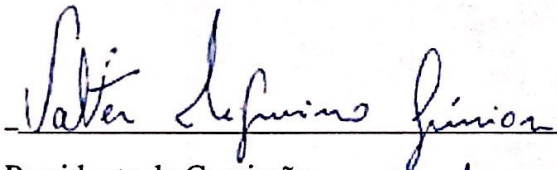
No que pese ao requerido Edmilson de Melo Silva, mesmo esta Comissão entendendo ter incorrido em erro no julgamento do boi, deixa de aplicar qualquer punição ao mesmo, uma vez que, conforme antes demonstrado, este não é profissional credenciado por esta associação.

Assim, em face do que consta nos autos e da fundamentação apresentada nesta decisão, esta Comissão, por unanimidade, com fulcro nos fundamentos expostos nesta decisão, reconhece que o julgamento proferido pela comissão alternativa foi equivocado, contrário ao RGV. Contudo, deixa de aplicar qualquer penalidade ao requerido Edmilson de Melo Silva, por este não ser credenciado por esta associação. **Por demais, fica reconhecido a contratação por parte da ACQM-PE de profissional não credenciado pela ABVAQ; devendo ser encaminhada cópia da denúncia, bem como da resposta juntada aos autos às fls. 12 pela Coordenação Pedagógica e da presente decisão ao Presidente da ABVAQ para que, no uso de suas atribuições, determine a abertura de processo administrativo contra a ACQM-PE, para apurar as responsabilidades e aplicar todas as penalidades cabíveis, face o descumprimento do RGV e do Contrato de Chancela.**

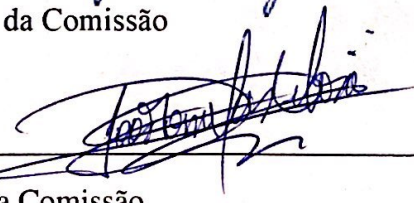
Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.

Após decisão do Presidente, em caso de validação, expedir mandados de intimações das partes, bem como encaminhar ofício ao setor de TI da ABVAQ para devida publicação.


João Pessoa/PB., 04 de outubro de 2022.



Presidente da Comissão



Membro da Comissão



Membro da Comissão

Valtair

Parecer técnico sobre julgamento de boi em vaquejadas cancelada pela ABVAQ 2022.

A apresentação aconteceu dia 11 de setembro de 2022, durante a vaquejada do Parque e Haras da Serra, localizado na Cidade de Gravatá, estado de Pernambuco. A competidora **Giovana Ferreira** (puxadora) e **João Vitor** (esteira), se apresentou na senha 421, na disputa final da classe feminina, em um boi de cor branca, no horário compreendido aproximadamente 08:05 horas, conforme informações fornecidas pela solicitante puxadora competidora. Na solicitação, a solicitante, reivindica que o julgamento dessa apresentação foi equivocado por parte da comissão alternativa, que julgou zero(0), alegando que o boi não se soltou para ponto, na faixa de pontuação, por isso, pede providências da ABVAQ. Para o solicitante, o boi se soltou completamente entre as faixas de pontuação. A comissão alternativa, Sr. Edmilson de melo silva(Edinho), que não é juiz credenciado da ABVAQ, julgou zero (0), alegando que o boi não se soltou completamente para ponto.

Parecer Técnico da ABVAQ:

Em análise técnica, realizada com as imagens oficiais do evento citado pelo solicitante, e conforme consta do regulamento geral de vaquejada da ABVAQ, publicado no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2017, por recomendação do Ministério da Agricultura, por entender que este regulamento atende os requisitos necessários para a preservação do bem estar animal em eventos dessa natureza, chegamos a conclusão que:



1. Saída do brete normal.



2. Neste frame, nas proximidades da faixa de pontuação, a puxadora fazendo sua ação e tudo segue normal na apresentação.




3. Nestes frames o corpo do boi aparece totalmente solto para ponto entre as faixas de pontuação, durante a ação da puxada.



Conforme o que diz o Artigo 19 do Regulamento geral de Vaquejada da ABVAQ, **Art. 19 - Só será válido o boi, se o mesmo se soltar completamente entre as faixas de pontuação e, ao se firmar, estiver entre elas.**

As imagens mostraram que o corpo do bovino, durante a ação do puxada, se soltou completamente para ponto, entre as faixas de pontuação. Desta forma, o julgamento proferido pela comissão alternativa foi incorreto, já que julgou zero (0). Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi injusto na comissão alternativa, tendo em vista que julgou em desacordo com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ.

João Pessoa – PB, 28 de setembro de 2022.


Jorge Anastácio de Araújo
Coordenador de Regulamento da ABVAQ